

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional**

**Período de Análise: 01/03/2014 a 31/03/2014**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Preço dos alimentos sobe 2,6% em fevereiro frente a janeiro, diz FAO.</b> Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 06/03/2014 .....	3
<b>O que fazemos para garantir segurança alimentar?</b> Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 07/03/2014 .....	4
<b>PAA e PNAE na garantia da soberania e segurança alimentar</b> – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 14/03/2014.....	5
<b>França proíbe milho geneticamente modificado da Monsanto</b> – Valor Econômico, Agronegócios. 17/03/2014 .....	6
<b>Anvisa libera 19 agrotóxicos e Brasil passa a consumir 1 milhão de toneladas</b> – Site do MST. 17/03/2014 .....	7
<b>'Contaminação' com transgênicos cresce ao redor do mundo.</b> Rudy Ruitenber – Valor Econômico, Agronegócios. 17/03/2014 .....	9
<b>Desafios e avanços para agricultura familiar são debatidos em Encontro sobre Segurança Alimentar</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 19/03/2014.....	10
<b>O lobby dos agrotóxicos.</b> Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 21/03/2014 .	11
<b>Ação na Justiça contra agrotóxicos.</b> Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 24/03/2014.....	13
<b>Nestlé abre centro de pesquisa de segurança alimentar em Pequim.</b> Martinne Geller – O Globo, Economia. 25/03/2014 .....	14
<b>PAA: R\$ 6,8 milhões são pagos diretamente aos agricultores familiares em março</b> – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 26/03/2014.....	14
<b>Oficina discute o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 27/03/2014.....	15
<b>Conab doa cestas de alimentos para vítimas das chuvas em Rondônia e Tocantins</b> – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 28/03/2014 .....	16
<b>Anvisa agiliza registro de agrotóxicos.</b> Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócio. 28/03/2014.....	16
<b>Para associação, regra sobre sujeira em alimento não terá impacto financeiro</b> – Folha de São Paulo, Cotidiano. 30/03/2014 .....	17
<b>Alimentos produzidos em assentamentos chegam a 60 mil estudantes em Uberlândia (MG)</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 31/01/2014.....	18
<b>MDS participa de audiência pública sobre segurança alimentar e nutricional</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 31/03/2014.....	18

**Preço dos alimentos sobe 2,6% em fevereiro frente a janeiro, diz FAO. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 06/03/2014**

SÃO PAULO - As variáveis meteorológicas, o aumento da demanda e os temores em torno do conflito na Ucrânia fizeram os preços mundiais dos alimentos subirem 2,6% de janeiro para fevereiro - o maior aumento mensal desde meados de 2012, segundo levantamento da Agência para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO). O indicador alcançou 208,1 pontos no mês passado. Apesar desta variação percentual entre os meses, o índice da FAO para fevereiro é 2,1% inferior ao registrado no mesmo mês de 2013.

Segundo comunicado da FAO, os preços do trigo e do milho subiram consideravelmente, em meio aos acontecimentos na Ucrânia, importante produtor de ambos os grãos. Entretanto, o aumento do índice em fevereiro “não se pode atribuir inteiramente a esse evento”.

O indicador da FAO, que é baseado em uma média de preços do comércio mundial para uma cesta de produtos, subiu em todos os grupos alimentares, com exceção da carne. As maiores variações mensais foram vistas no açúcar, com 6,2%; azeites e óleos, com 4,9%; e cereais, 3,6%.

“O aumento ocorre depois de meses seguidos de preços em queda, porém é cedo para dizer que há uma inversão da tendência”, disse Concepción Calpe, economista sênior da FAO.

O indicador para o açúcar alcançou 235,4 pontos em fevereiro, uma alta de 6,2% em relação a janeiro. Segundo a agência, o avanço se deve às preocupações em torno da produção no Brasil, com lavouras de cana castigadas pela seca. Em relação a fevereiro de 2013, o indicador de açúcar caiu 23,8 pontos percentuais.

O índice para azeites e óleos ficou em 197,8 pontos em fevereiro, 4,9% superior ao registrado em janeiro, mas 1,98% menor que em fevereiro de 2013. Segundo a FAO, o avanço neste segmento se deve a preocupações com o clima no Sudeste Asiático e América do Sul.

O indicador para cereais ficou em 195,8 pontos no mês passado, com avanço de 3,6% ante janeiro. “Esta alta reflete a preocupação com as lavouras de trigo nos EUA, um aumento forte da demanda por arroz e os problemas na Ucrânia”, disse a FAO no comunicado. Entretanto, a agência da ONU ressalta que os preços dos cereais seguem, em geral 18,8% inferiores ao registrado em fevereiro de 2013.

Os produtos lácteos registraram aumento de 2,9% na relação mensal e de 31,5% na comparação anual, com índice em 275,4 pontos.

O indicador de preços da carne foi o único com variação negativa no mês de fevereiro: 0,5% em relação a janeiro. O índice ficou em 182,6 pontos. Na comparação com fevereiro de 2013, os preços da carne caíram 2,03%.

---

### **O que fazemos para garantir segurança alimentar? Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 07/03/2014**

*Há 1,3 milhão de famílias assentadas em quase 10.000 projetos de reforma agrária. Contam com nenhum planejamento, pouca ação e focos dispersos de produção*

Apesar de tê-la tangenciado, não estava bem na agricultura familiar o cais de atracação da última coluna. Muito menos se fosse para tratá-la de forma banal, focando disponibilidade de recursos ou contraposta à agricultura empresarial.

Perfil assim já está consolidado, embora pleno de lacunas. Por temerem os movimentos sociais que reivindicam reforma agrária, federados e confederados ruralistas acharam melhor aceitar a importância do segmento.

Não basta. O tema é multifatorial, complexo, e não pode estar restrito aos 21 bilhões de reais em recursos ou à responsabilidade por 70% dos alimentos produzidos para o mercado interno.

Era outro o caminho pretendido na semana passada: a transposição de produtores de certas culturas agrícolas a quem poderá assumi-las no futuro desta Federação de Corporações, onde há mais de meio século rola desenfreado êxodo, não apenas geográfico, mas também funcional.

Para exaltar conquistas volumétricas, chorar má infraestrutura, denunciar estragos ambientais, há grande oferta entre aparelhos estatais, ex-ministros da Agricultura na FIESP, ONGs e associações empresariais, bem como consultores que opinam na mídia tradicional.

Teclas de grandeza e queixume são marteladas sobre quaisquer partituras, por maus pianistas. O que se mantém imperceptível é o falar sobre homens e mulheres que curvam as costas para colocar plantinhas na terra.

Temos grandes rios de exclusão que, em futuro próximo, machucarão a produção de certos alimentos se não forem conduzidos às nossas mesas por afluentes menos encorpados, que existem em leitões que estamos deixando minguar.

Desde os anos 1960, a população rural largou o campo ou, permanecendo, parou de trabalhar em atividades agrícolas.

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE, entre 1970 e 2006, o pessoal ocupado nas lavouras caiu 7%, enquanto a população brasileira quase dobrou.

As quedas mais significativas foram nas regiões Sul e Sudeste (25%). Maior utilização de tecnologia, avanço na mecanização, concentração em grandes áreas e culturas,

expansão urbana, novos empregos, e por aí vai. Nas demais regiões houve pequena ampliação (10%, na média).

No início dos anos 2000, no estado de São Paulo, mais de 50% dos moradores da zona rural não mais se dedicavam às práticas agrícolas.

Não é tendência exclusiva do Brasil, mas nos EUA, Japão e Europa, a sustentação de renda e a fixação regional são mantidas com ajudas diretas e transferências sociais dos governos.

Nesta potência emergente, reclama-se de tais muletas, com o tal do ensinar a pescar em vez de dar o peixe. O país perto do pleno emprego. Vá entender.

Não é, pois, de estranhar quando o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em seu Censo Escolar, revela que nos últimos 10 anos, mais de 30 mil escolas rurais foram fechadas. Motivos não faltam. Parte está neste texto, parte procurem na má gestão pública e na insensibilidade da iniciativa privada.

Temos contingentes enormes de assentados, outros esperando terras. Poderiam ser dirigidos e apoiados para produzir os alimentos cujo cultivo rareia em razão de profundas mudanças no perfil da sociedade brasileira.

Somente no estado de São Paulo, coordenados pela Fundação Instituto de Terras (ITESP), existem cerca de 200 assentamentos, em área de 250 mil hectares; 90% deles estão lá há mais de 20 anos. Pouco ou nada produzem.

Percorram 200 km, em torno da megalópole São Paulo, onde o cinturão verde amarela a passos largos, e encontrarão assentamentos mambembes, improdutivos, desassistidos, enredados na burocracia de licitações e leilões, a plantarem sabe o quê?

Cana-de-açúcar, meus senhores. Uma das culturas de maior necessidade de tecnologia e mecanização. Coalhada, na outra ponta, de conglomerados compradores.

Segundo o INCRA, há 1,3 milhão de famílias assentadas em quase 10.000 projetos de reforma agrária, nos vários municípios do País. Nenhum planejamento, pouca ação, focos dispersos de produção, distribuição e comercialização. Raras exceções.

O que estamos fazendo para garantir segurança alimentar, senão a dos comedores de commodities?

---

### **PAA e PNAE na garantia da soberania e segurança alimentar – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 14/03/2014**

Um dos objetivos do Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena (AIAF/CI) é dar visibilidade ao importante papel do setor na garantia da soberania e segurança alimentar. Neste aspecto, a agricultura familiar conta como aliados alguns programas governamentais, como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e de

Alimentação Escolar (PNAE), que incentivam a produção, abrem mercado e geram renda para este setor.

No PAA, os produtos adquiridos são destinados a escolas ou doados para creches, asilos, população em vulnerabilidade social, formação de estoques públicos, entre outros. No PNAE, a agricultura familiar foi incluída para fornecer alimentos para as escolas públicas e, neste processo, as cooperativas e associações são organizações dos agricultores(as) familiares que potencializam esta ação.

Para os associados(as) da Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Uruana e Região/GO – Cooper Uruana, a venda para o PAA e o PNAE representa aumento significativo na renda das famílias. “Tivemos um aumento da renda em 25%”, informou Maria de Lourdes, presidente da Cooper Uruana. Ela informou que os agricultores(as) da cooperativa vendem banana, leite, melancia e polpa de frutas. E, por serem cooperativados, conseguem um volume maior de produção e emitir cupom fiscal. “No final, consegue ganhar mais”.

Já o agricultor familiar Jefferson Bezerra Borges, de Wanderlândia/TO, já vendeu melancia, polpa de fruta e milho verde para o PAA, e teve aumento na renda em 40%. Atualmente, vende melancia, mandioca, queijo e polpa de caju para a Conab, para a formação de estoques públicos, com aumento na renda em 20%. “Esses programas incentivam a produção de alimentos pela agricultura familiar. Mas, falta assistência técnica, aumentar o limite de venda por agricultor(a) familiar e autorizar a substituição de produtos para certos casos”.

---

### **França proíbe milho geneticamente modificado da Monsanto – Valor Econômico, Agronegócios. 17/03/2014**

SÃO PAULO - O Ministério da Agricultura da França proibiu neste sábado a venda, uso e cultivo de milho MON 810 geneticamente modificado da Monsanto, a única variedade atualmente autorizada na União Europeia, segundo informações divulgadas por agências internacionais de notícias.

O governo francês, que afirma que as culturas transgênicas apresentam riscos ambientais, vem tentando colocar uma nova proibição ao milho após seu mais alto tribunal ter derrubado medidas semelhantes duas vezes anteriormente.

A decisão está programada para evitar qualquer semeadura de milho transgênico por parte dos agricultores antes de um projeto de lei que será debatido em 10 de abril e é destinado a proibir o plantio de organismos geneticamente modificados.

Diferenças de longa data entre os países da União Europeia ressurgiram em fevereiro, quando eles não conseguiram chegar a um acordo sobre se devem ou não aprovar uma outra variedade de milho geneticamente modificado, o Pioneer 1507, desenvolvido pela DuPont e pela Dow Chemical, deixando o caminho aberto para a comissão do bloco liberá-lo para o cultivo.

---

## **Anvisa libera 19 agrotóxicos e Brasil passa a consumir 1 milhão de toneladas – Site do MST. 17/03/2014**

Da Página do MST\*

Sob forte pressão do Ministério da Agricultura e de setores ligados ao agronegócio, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a liberação de 19 novos agrotóxicos e produtos equivalentes para serem aplicados já no primeiro bimestre deste ano.

Há pelo menos dois anos que o setor reclama de uma suposta morosidade nos processos de liberação desses produtos por parte da Anvisa.

Para aplacar essa insatisfação, o governo já havia autorizado o Ministério da Agricultura, por meio da Medida Provisória 619/2013, a dar o sinal verde, em caráter emergencial, para importação, produção, distribuição, comercialização e uso de agrotóxicos ainda não registrados no país.

A medida teve como objetivo permitir a utilização de defensivos à base de benzoato de emamectina, voltados ao controle da lagarta *Helicoverpa armigera*, que ataca lavouras de grãos e algodão.

Recentemente, o Conselho Diretor da Fiocruz soltou uma carta aberta à sociedade brasileira criticando veementemente medidas como essa, alertando para os riscos causados pelas modificações na legislação que regula o uso de agrotóxicos no país.

De acordo com a carta, o "processo em curso de desregulação sobre os agrotóxicos que atinge especialmente o setor saúde e ambiental no Brasil, está associado aos constantes ataques diretos do segmento do agronegócio às instituições e seus pesquisadores que atuam em cumprimento as suas atribuições de proteção à saúde e ao meio ambiente."

Desde o ano passado, há um forte movimento que defendia o esvaziamento da Anvisa e a criação de uma nova agência voltada apenas a avaliações de agrotóxicos.

A intenção era criar a Comissão Técnica Nacional de Agrotóxicos (CTNAgro), subordinada a Casa Civil, mas com 13 membros de setores da sociedade civil e do governo federal.

Especialistas na área denunciavam que essa medida serviria apenas para criar uma comissão de fachada, como ocorre com a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), responsável em aprovar novos transgênicos.

Em entrevista a IHU On-Line na época, Fernando Carneiro, do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB), já se demonstrava temeroso com a proposta de a CTNAGRO ser inspirada na CTNBio, porque desde a sua criação ela "aprovou 100% dos pedidos de liberação de transgênicos".

Para ele, a criação da CTNAGRO está relacionada com a divulgação de relatórios da ANVISA, os quais demonstram que 36% das frutas, verduras e legumes produzidos no Brasil estão contaminados e são impróprios para o consumo.

“Gostaria de destacar que esse esvaziamento parcial da ANVISA está muito relacionado a esses dados, os quais passam a ser discutidos no país. Esse é um dos poucos resultados de monitoramento público dos impactos dos agrotóxicos, e esse trabalho está ameaçado por essa nova reconfiguração do registro de agrotóxico do Brasil e de qual será o papel dos órgãos a partir da reconfiguração. O relatório da ANVISA é apenas uma parte do que deveria estar sendo monitorado, contabilizado. Mas o que se vê é o movimento contrário, de tirar o papel do Estado destas questões”, ressalta.

Mais agrotóxicos

Independentemente das posições contrárias a essas liberações, novas aprovações continuam a sair.

Na última quinta-feira (14), o Ministério da Agricultura publicou uma portaria (188/2014) que estabeleceu emergência fitossanitária em Minas Gerais, devido ao "baixo" nível de capacidade no combate à broca do café, e amanhã o ministro Antônio Andrade deve anunciar, em evento no Estado, a aprovação emergencial do ciantraniliprole, da DuPont, para combater o inseto. A decisão veio depois de a Anvisa proibir no país, no segundo semestre de 2013, a comercialização do endossulfam, até então o principal produto contra a praga.

Na esteira das autorizações emergenciais, o Ministério da Agricultura também está prestes a liberar o benzovindiflupir, da Syngenta, recomendado para combater a ferrugem asiática da soja. O produto está entre os que foram aprovados neste ano pela Anvisa. O Ministério da Agricultura está avaliando os últimos detalhes para publicar a bula do produto.

Somando-se as liberações emergenciais e as regulares, o Brasil, que já é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, caminha para registrar vendas de 1 milhão de toneladas desses produtos em 2014.

No ano passado, as vendas geraram faturamento superior a US\$ 10 bilhões, 8% mais que em 2012 - quando o volume chegou a 823 mil toneladas. Um dossiê feito em 2012 pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) mostrou que, dos 50 produtos mais utilizados nas lavouras brasileiras, 22 são proibidos na União Europeia.

Nessa conta, estão declarados apenas os produtos comercializados de maneira legal. Além deles, ainda existe um mercado informal no Brasil. Segundo dados do Sindiveg, até 2010 os produtos falsificados representavam 5% das apreensões e os contrabandeados, 95%. Em 2013, o percentual de falsificados cresceu para 50%.

Mesmo com a perspectiva de consumo recorde de agrotóxicos no Brasil em 2014, o lobby para a aprovação de mais produtos continua firme e forte. Na quarta-feira



passada, deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se reuniram com o ministro da Agricultura, Antônio Andrade, para pedir agilidade no registro de novos defensivos genéricos para a agricultura.

---

### **'Contaminação' com transgênicos cresce ao redor do mundo. Rudy Ruitenberg – Valor Econômico, Agronegócios. 17/03/2014**

A contaminação dos alimentos para consumo humano e animal comercializados no mundo com culturas geneticamente modificadas está aumentando na medida do crescimento da produção mundial. A constatação é de uma pesquisa feita pela agência para a Alimentação e Agricultura da Organização das Nações Unidas (FAO).

A pesquisa, feita em 75 países, revelou 198 incidentes de "baixos níveis" de culturas geneticamente modificadas misturadas com culturas convencionais entre os anos de 2002 e 2012, informou a agência da ONU baseada em Roma, em um relatório disponibilizado na internet. O número de casos saltou entre 2009 e 2012, com 138 das constatações reportadas nesse período.

O plantio global de culturas geneticamente modificadas cresceu 3% para o recorde de 175,2 milhões de hectares no ano passado, segundo o Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações de Agrobiotecnologia (ISAAA, na sigla em inglês). As culturas modificadas enfrentam oposição política na União Europeia (UE).

"Os incidentes estão provocando perturbações comerciais entre países, com o bloqueio de importações de carregamentos de grãos, cereais e outras culturas, e a destruição ou devolução de produtos para seus países de origem", afirma o relatório da agência da ONU.

Os alimentos são o terceiro maior grupo de produtos comercializados no mundo, perdendo apenas para os combustíveis e os produtos químicos, com os valores exportados avaliados em US\$ 1,375 quatrilhão em 2012, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC). As exportações globais de todos os produtos agrícolas somaram US\$ 1,657 trilhão, ainda segundo a OMC.

O maior número de incidentes envolveu culturas como linhaça, arroz, milho e mamão, informou a agência. Os carregamentos de culturas com baixos níveis de modificação genética tiveram origem principalmente nos Estados Unidos, no Canadá e na China, segundo o relatório.

A China, segunda maior consumidora de milho do mundo, começou em outubro a rejeitar alguns lotes do grão provenientes dos EUA, que continham MIR 162, uma variedade geneticamente modificada de milho desenvolvida pela Syngenta e que não foi aprovada no país.

Países da UE como França, Reino Unido e Alemanha rejeitaram dezenas de carregamentos de macarrão da China nos últimos quatro anos, pois eles continham arroz geneticamente modificado e não autorizado. As importações de sementes de linhaça do

Canadá pela UE caíram depois da descoberta, em 2009 e 2010, de uma variedade biotecnológica não autorizada chamada CDC Triffid.

"O número de incidentes é pequeno em relação aos milhões de toneladas de alimentos para consumo humano e animal comercializados todos os dias", diz Renata Clarke, uma funcionária graduada da FAO que trabalha com segurança alimentar e que esteve encarregada da pesquisa.

A FAO conduziu a pesquisa nos 193 países-membros entre fevereiro e junho do ano passado. Dos 75 que responderam, 55 afirmaram ter uma política de tolerância zero em relação a culturas modificadas geneticamente sem autorização, enquanto 17 disseram não ter nenhuma regra para os alimentos para consumo humano e animal no que diz respeito à segurança, ou mesmo regras ambientais para as culturas geneticamente modificadas.

Dos países que responderam, 37 disseram ter pouca ou nenhuma capacidade de detectar culturas geneticamente modificadas, diz a FAO. "Ficamos surpresos ao ver incidentes em todas as regiões", diz Clarke. "Parece que quanto maiores os testes e o monitoramento feitos por eles, mais incidentes eles constataam".

---

#### **Desafios e avanços para agricultura familiar são debatidos em Encontro sobre Segurança Alimentar – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 19/03/2014**

Nesta quarta-feira (19), o secretário nacional da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Valter Bianchini, apresentou, durante o Encontro Nacional 4ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, os grandes avanços e atuais desafios das políticas para a agricultura familiar brasileira, setor fundamental para a segurança alimentar do País.

“O fortalecimento da agricultura familiar nos últimos anos contribuiu para o abastecimento alimentar e a estabilidade do País em momentos de crises de preços”, observou Bianchini, que participa do grupo de trabalho que discute a promoção do abastecimento e estruturação de sistemas. O tema corresponde a uma das diretrizes do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan).

Os objetivos do debate, ao longo desta quarta-feira, são avaliar os desafios para a soberania alimentar no Brasil e definir prioridades do Plansan. O encontro é realizado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em Brasília, para consolidar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e efetivar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), mobilizando sociedade civil e governo.

#### **Políticas públicas**

Entre as políticas para o setor da agricultura familiar, alguns dados foram destacados pelo secretário, como o crescimento do acesso ao crédito por meio do Pronaf, tanto em

número de contratos quanto em valores – que aumentou de R\$ 2,3 bilhões aplicados na safra 2002/2003 para R\$ 18,6 bilhões na safra 2012/2013. Outro destaque foi para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), acessado por 200 mil agricultores. Com relação ao Seguro da Agricultura Familiar, mais de 540 mil empreendimentos foram segurados na safra 2012/2013. O secretário pontuou que, hoje, dois milhões de famílias são beneficiadas por Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) – por meio de chamadas públicas ou convênios.

Garantia-Safra, Mulheres Rurais, Desenvolvimento Rural e Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) também foram apresentados pelo secretário como ações do MDA - por meio da Secretaria da Agricultura Familiar.

Alguns dos desafios e metas são a regulamentação da produção orgânica, a universalização de Assistência Técnica e Extensão Rural para a produção agroecológica e o aumento do acesso das mulheres rurais às políticas públicas.

Participaram do grupo de trabalho conselheiros do Consea de vários estados, representantes do Governo Federal, entre Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; camponeses, quilombolas e outros representantes da sociedade civil.

---

#### **O lobby dos agrotóxicos. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 21/03/2014**

*A liberação, em apenas dois meses, de produtos com potencial tóxico escancara uma eficiência intranquilizadora da Anvisa*

Poderia ser auspicioso. O Valor Econômico, de sexta-feira 14, noticiou que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nos dois primeiros meses de 2014, liberou para comércio 19 produtos, contrariando a sua tradicional morosidade.

Trata-se, no entanto, de eficiência intranquilizadora. A liberação é de produtos agrotóxicos, num tempo em que crescentes ações lobistas ameaçam mudar os critérios de aprovação e diminuir o poder decisório da ANVISA.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e entidades que representam empresas do agronegócio, não sem razão, mostram-se insatisfeitos com o longo tempo de espera das liberações.

Dá as pressões sobre o órgão, bombardeio similar aos que sofrem FUNAI e INCRA, em questões indígenas e de reforma agrária.

A aprovação de princípios ativos com potencial tóxico não pode abrir mão da cautela e correr a qualquer nota. Pesquisadores e instituições científicas temem que o lobby da indústria possa abrandar as rotinas probatórias da ANVISA.

A justificativa para maior pressão veio da temida lagarta *Helicoverpa armigera*, causadora de sérios prejuízos à produção brasileira de grãos, nos últimos dois anos.

Para combater a praga, implorava-se autorização para importação e uso de produtos à base de benzoato de emamectina antes mesmo do registro, obtido normalmente após provas de não periculosidade.

O uso de emamectina é controverso não de agora. Incidentes e proibições já ocorreram em outras partes do mundo. Recentemente, pesquisadores brasileiros recomendaram manejos integrados para combater a lagarta, com aplicações de controladores biológicos efetivos e inofensivos à saúde.

O papo químico prevaleceu.

Ao acelerar as aprovações, a ANVISA corre antes de o bicho comê-la, o que não significa que ele não irá pegá-la. Na Federação de Corporações, para mexer com gente grande é preciso ser ainda maior.

Em 2014, as vendas de agrotóxicos deverão superar os US\$ 10 bilhões obtidos no ano passado. O Brasil é líder, à frente dos EUA, o que faz valer “carrinhos” violentos em canelas adversárias.

Chamemos a opinar a Fundação Oswaldo Cruz, com slogan “uma instituição a serviço da vida”. Desde 1900, a Fiocruz assim nos serve.

Em carta aberta à sociedade brasileira, ela alerta para os riscos de tirar-se a função regulatória do Estado ou mudar a legislação, pois inúmeros trabalhos científicos mostram a periculosidade desses produtos para a saúde humana, animal e o meio ambiente.

São conclusões corroboradas pelo INCA (Instituto Nacional de Câncer) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO).

Mesmo reconhecendo graves falhas na gestão do órgão, entre abrir mão do controle governamental, cedendo a interesses financeiros muitas vezes contrários aos da sociedade, e consertar o que lá há de errado, recomenda-se arrumar a casa

Aqui a manifestação da Fiocruz:

<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/fiocruz-publica-carta-aberta-ale...>

Mais um?

Já escrevi nesta CartaCapital sobre a má gestão, os poucos recursos, e o aparelhamento político do MAPA.

Depois da passagem do experiente agrônomo Roberto Rodrigues, no 1º mandato de Lula, entre 2003 e 2006, por lá estiveram seis outros ministros, ligados ao PMDB e com rarefeitos atributos para o cargo.

Acaba de ser empossado Neri Geller para gerir a atividade que, relativamente, mais contribui para o crescimento do País.

Ex-deputado federal (PP-RS), hoje está no PMDB. No ministério, ocupava o cargo de secretário de Política Agrícola. Algo que não lembro existir.

Diz-se ser grande produtor de grãos na região de Lucas do Rio Verde (MT), o que não é garantia de visão abrangente para cargo tão importante.

Outro Geller, o Uri, um israelense naturalizado britânico, ficou famoso no passado ao entortar garfos, facas, colheres e adivinhar objetos ocultos, usando supostos atributos paranormais.

Em seu discurso de posse, assim o nosso Geller se referiu ao tema: "Não podemos esperar anos para um produto ser aprovado. Também não vamos atropelar o processo, mas vamos nos dedicar mais a isso".

Entortou a retórica.

---

### **Ação na Justiça contra agrotóxicos. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 24/03/2014**

Em um momento em que o setor produtivo faz pressão para a aprovação de novos agrotóxicos, o Ministério Público Federal (MPF) protocolou duas ações na Justiça que poderão não apenas dificultar a aprovação de novos produtos, mas também provocar a revisão da situação de moléculas que já estão liberadas.

A primeira ação, com pedido de antecipação de tutela, determina que o Ministério da Agricultura suspenda imediatamente o registro comercial do agrotóxico 2,4-D enquanto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não concluir a reavaliação toxicológica da molécula. Além disso, a ação pede que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) seja proibida de liberar a comercialização de sementes transgênicas tolerantes ao 2,4-D até que a Anvisa conclua a reavaliação. O agrotóxico é uma das principais apostas atuais da Dow AgroSciences no mercado brasileiro.

De acordo com a ação, a Anvisa já iniciou a reavaliação do produto, mas "não apresentou, até o presente momento, informações conclusivas sobre a interferência endócrina, metabólica e reprodutiva provocada pelo 2,4-D na saúde dos mamíferos, assim como sobre os efeitos imunotoxicológicos e neurotoxicológicos do mencionado princípio ativo na saúde humana", diz trecho da ação.

A preocupação do MPF com o 2,4-D começou no fim do ano passado. Em dezembro, o MPF recomendou que a CTNBio não aprovasse as tecnologias até que a Anvisa reavaliasse o produto. Na mesma ação, o MPF recomendou que a molécula fosse reavaliada. A Anvisa informou ao MPF que deverá concluir a reavaliação até o fim deste ano.

Como a aprovação da semente tolerante ao 2,4-D pela CNTBio parecia iminente até a ação do MPF, a ação do ministério fez com que o colegiado aguardasse respaldo jurídico para levar adiante o processo. A ajuda chegou neste mês. A Advocacia Geral da

União (AGU) deu um parecer jurídico que autorizava a CTNBio a aprovar qualquer produto normalmente. Com a indicação de que a CTNBio aprovaria a semente transgênica em sua próxima reunião, em abril, o MPF protocolou a ação.

A segunda ação determina que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) conclua o RDC 10/2008, que estabeleceu a reavaliação dos 14 ingredientes ativos a serem reavaliados com relação aos seus efeitos tóxicos. Dos 14, seis já foram reavaliados. Faltam os princípios parationa metílica, lactofem, forato, carbofurano, abamectina, tiram, paraquate e glifosato, sendo o último o mais usado no Brasil.

Além da reavaliação, a ação determina que a União, por meio do Ministério da Agricultura, suspenda os registros de produtos que tenham como princípio ativo as oito substâncias mencionadas "até que seja realizada a reavaliação, pela Anvisa, da toxicidade daqueles ingredientes ativos, em razão das próprias informações trazidas por aquela autarquia federal no sentido de que as referidas substâncias apresentam-se nocivas à saúde humana".

---

#### **Nestlé abre centro de pesquisa de segurança alimentar em Pequim. Martinne Geller – O Globo, Economia. 25/03/2014**

Reuters

LONDRES, 25 Mar (Reuters) - A Nestlé, maior empresa de alimentos do mundo, abriu um centro de pesquisa de segurança alimentar em Pequim destinado a apoiar as autoridades chinesas a fortalecer as políticas e normas de segurança alimentar, disse a empresa nesta terça-feira.

A segurança alimentar é um grande problema na China depois de escândalos envolvendo leite contaminado, óleo reciclado sendo usado para cozinhar e a descoberta de traços de carne de raposa em carne de burro.

A Nestlé disse que a nova operação proporcionará tratamento precoce dos problemas de segurança alimentar e colaboração com as universidades locais, institutos de pesquisa e órgãos governamentais, também ajudando na execução de programas de treinamento de segurança alimentar.

O centro está localizado dentro da operação de pesquisa e desenvolvimento da Nestlé, em Pequim.

---

#### **PAA: R\$ 6,8 milhões são pagos diretamente aos agricultores familiares em março – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 26/03/2014**

*Recursos beneficiam mais de 4,8 mil famílias que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos*

Brasília, 26 – Agricultores familiares que participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) receberam neste mês R\$ 6,8 milhões do Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). No total, mais de 4,8 mil produtores venderam sua produção na modalidade Compra com Doação Simultânea. Os alimentos adquiridos são destinados ao atendimento de famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio de entidades da rede socioassistencial e instituições públicas ou filantrópicas de ensino e de saúde.

Os recursos, que neste mês se referem à venda da produção no período de 14 de fevereiro a 17 de março, são pagos diretamente na conta bancária dos agricultores familiares, que podem sacá-los a partir desta quarta-feira (26) ou fazer compras em débito automático com o cartão específico do programa. Implantado em 2013, o pagamento direto aos fornecedores agiliza o repasse de recursos e garante maior segurança na operacionalização.

Segundo o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos, essa nova operação torna o processo mais simples e facilita o acompanhamento dos pagamentos aos produtores. “Essa forma de operar possibilita mais rapidez e transparência no controle e acompanhamento de todo o processo. Logo, temos um sistema mais ágil para o agricultor que fornece o alimento, com mais facilidade de gestão”, destaca.

Cada unidade familiar tem um limite de venda para o PAA de R\$ 5,5 mil por ano na modalidade de Compra com Doação Simultânea. Além de fortalecer a produção agrícola, o programa, que integra o Plano Brasil Sem Miséria, promove a segurança alimentar e nutricional daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. Nos últimos 10 anos, o PAA investiu R\$ 5,3 bilhões para a compra de 4 milhões de toneladas de produtos da agricultura familiar, beneficiando 388 mil famílias agricultoras.

---

### **Oficina discute o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 27/03/2014**

*Representantes de municípios e estados do Nordeste participam do evento, que começa nesta quinta-feira em Maceió*

Brasília, 27 - A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), promove nesta quinta (27) e sexta-feira (28), em Maceió, uma oficina com o objetivo de fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (Sisan) nos estados da região Nordeste. São esperados 200 representantes da sociedade civil e dos governos estaduais e municipais. A diretora de Gestão do Sisan, Michele Lessa, participará do encontro.

O sistema coordena as ações em segurança alimentar e nutricional e articula a integração entre os entes federados e a sociedade civil para garantir o direito à alimentação adequada. A partir da adesão, os estados e municípios podem formular e implementar as políticas de forma mais integrada, além de acompanhar, monitorar e

avaliar a alimentação e nutrição local e os impacto dos programas federais na população.

---

### **Conab doa cestas de alimentos para vítimas das chuvas em Rondônia e Tocantins – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 28/03/2014**

Em apoio a famílias atingidas por enchentes nos estados de Tocantins e Rondônia, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) promoveu, nesta semana, a doação de 750 cestas de alimentos.

Um total de 500 cestas foram enviadas às comunidades das cidades de Araguaianã, Araguatins, Praia Norte e Xambioá, no interior do Tocantins. As localidades estão em situação de calamidade pública devido à cheia dos rios Tocantins e Araguaia.

As outras 250 cestas foram direcionadas aos municípios de Porto Velho, Guajará Mirim, Nova Mamoré e Rolim de Moura, em Rondônia, drasticamente afetados pela cheia do Rio Madeira. O estado foi contemplado com outras 3.750 cestas entre 21 de fevereiro e 17 de março deste ano.

A entrega foi organizada pela Defesa Civil dos estados. Cada cesta básica contém 10kg de arroz beneficiado, 3kg de feijão, 2 latas de óleo de soja (900 ml cada), 2 Kg de açúcar cristal, 2 kg de farinha de mandioca, 1 kg de macarrão espaguete, 1 kg de floco de milho e 1 kg de leite em pó integral. Os produtos foram adquiridos com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

---

### **Anvisa agiliza registro de agrotóxicos. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócio. 28/03/2014**

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou ontem uma Instrução Normativa (IN) que busca dar mais agilidade ao registro de agrotóxicos, reduzir os custos para as empresas e definir limites seguros para o uso dos produtos.

A instrução normativa, que também precisa ser aprovada pelo Ministério da Agricultura e pelo Ibama, vai facilitar o registro de produtos para culturas de baixo interesse econômico, para as quais falta ou há número reduzido de agrotóxicos, conhecidas como "Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente" (CSFI). Além disso, o texto estabelece o limite máximo de resíduos de agrotóxicos aceitáveis com base em estudos científicos.

A IN prevê a classificação de "Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente" atreladas a grupos de culturas representativas como soja, milho, morango, goiaba, dentre outros, que são mais visadas por fabricantes de agrotóxicos devido à sua importância econômica, área de cultivo, consumo humano, disponibilidade de agrotóxicos registrados e semelhanças de problemas fitossanitários.



Na prática, as novas regras vão abrigar as chamadas CSFI em grupos de culturas que já têm agrotóxicos registrados. As culturas de menor escala de produção como o abacaxi e o pimentão, poderão usar produtos das culturas representativas.

"Um produto para mamão, que está no mesmo grupo do cupuaçu e do maracujá, poderá ter um produto liberado para ele e usado nas culturas menores, com o resultado para as outras culturas do seu subgrupo entregue depois", disse o diretor de Diretoria de Regulação Sanitária da Anvisa, Renato Porto.

Na prática, a mudança visa evitar o uso indevido de agrotóxicos não recomendados em determinadas culturas. Algumas tornam-se impróprias para o consumo ao apresentar resíduos de ingredientes ativos de moléculas não autorizados para uso, notadamente nos cultivos de algumas hortaliças. Um produto autorizado para o tomate, por exemplo, não pode ser aplicado em outra cultura, pois gerava erros nas análises da Anvisa.

As empresas poderão entregar a documentação para registrar um produto em uma cultura e terão até dois anos para entregar os estudos de impacto nas subculturas da categoria. Os estudos em outros grupos serão dispensáveis, já que a Anvisa já possui banco de dados sobre o efeito dos produtos em outras culturas.

"Vamos imaginar uma cultura pequena, que tenha pouco interesse comercial. Ela terá poucas opções de agrotóxico. A partir de uma comparação com outras culturas semelhantes, a Anvisa define categorias de uso desses produtos. Isso vai permitir que a indústria peça à Anvisa o registro do uso de produtos para culturas relacionadas", explicou Porto.

---

### **Para associação, regra sobre sujeira em alimento não terá impacto financeiro – Folha de São Paulo, Cotidiano. 30/03/2014**

Em discussão havia cinco anos na Anvisa, as novas regras sobre a presença de fragmentos de sujeira em alimentos e bebidas foram elogiadas pela indústria alimentícia.

Para a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação a medida "representa um aprimoramento da legislação atual, garantindo a padronização dos limites de tolerância máximos e a segurança alimentar da população".

"Antes da regulamentação, não havia legislação que definisse padrões ou parâmetros. As avaliações eram feitas de forma descentralizada e cada Estado adotava critérios próprios", completa.

Por meio de nota, a associação diz ainda que não há previsão de impacto financeiro em decorrência da medida. A Abia também não faz ressalvas às quantidades máximas de "sujeiras" fixadas.

"A nova regulamentação é a que tem limites de tolerância mais rígidos se comparada aos demais países."

Relatório da Anvisa cita legislações internacionais e estudo do FDA (que regula o setor de medicamentos nos EUA) sobre falhas naturais ou inevitáveis em alimentos.

Segundo o documento, o cultivo, colheita e processamento de matérias-primas totalmente livres de tais falhas é "economicamente inviável".

---

**Alimentos produzidos em assentamentos chegam a 60 mil estudantes em Uberlândia (MG) – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 31/01/2014**

Escolas municipais de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, começaram a receber alimentos para a merenda escolar produzidos por 21 famílias dos projetos de assentamentos Emiliano Zapata e Canudos, criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A aquisição dos produtos dos assentados pela prefeitura municipal está sendo feita por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), em um contrato que soma R\$ 350 mil.

Foram entregues, nos últimos dias, no centro de distribuição da agricultura familiar da prefeitura, seis toneladas de produtos entre couve, berinjela, cheiro-verde, limão e melancia. De acordo com o contrato, ao longo do ano estão previstas entregas no total de 113 toneladas e 77 mil maços incluindo acelga e brócolis. Os hortifrutigranjeiros vão compor a merenda escolar de quase 60 mil crianças da rede municipal de ensino.

De acordo com o presidente da Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária do Município de Uberlândia (Acampra), Juarez Moura, os valores recebidos devem aumentar em 70% a renda de cada família, que pode superar os R\$ 2,5 mil/mês. “Com a garantia de fornecimento, podemos planejar a produção do assentamento”, ressalta.

**Satisfação**

Para o agricultor, a satisfação é maior pelo destino dos produtos. “São crianças que irão comer esses alimentos, inclusive as minhas duas filhas, um público que precisa, o que nos dá ainda mais felicidade”, observa.

Com a Lei 11.957/2009, 30% dos recursos destinados à alimentação escolar devem ser destinados à aquisição direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

---

**MDS participa de audiência pública sobre segurança alimentar e nutricional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 31/03/2014**

*Durante debate na Câmara Legislativa do Distrito Federal, o secretário nacional Arnoldo de Campos destacou que o Brasil já conquistou a primeira geração de crianças sem fome e reduziu significativamente os índices de desnutrição infantil*

Brasília, 31 – “Já temos hoje a primeira geração de crianças sem fome no Brasil e uma redução radical dos índices de desnutrição infantil e da mortalidade infantil, que indicam claramente que as pessoas estão tendo acesso à alimentação. Estamos muito perto de virar a página da fome no Brasil e isso é resultado de decisão política”, destacou o secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Arnaldo de Campos. Ele participou, na sexta-feira (28), de audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal para debater o Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional e lançar a Frente Parlamentar em defesa do tema.

Segundo Arnaldo de Campos, novos desafios se apresentam, como o tema da má alimentação. Para ele, é preciso mobilizar os atores governamentais e o setor privado, e enfrentar os problemas relacionados ao acesso a alimentos adequados e saudáveis. “Abre-se, com isso, uma nova agenda de trabalho, de como produzir, comercializar e promover o acesso aos alimentos saudáveis.”

O secretário parabenizou a iniciativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal em promover o debate sobre segurança alimentar e nutricional e disse ser fundamental a participação do Legislativo no avanço do tema. “Essa agenda deve ficar viva dentro do Parlamento e que tenhamos um parceiro do Executivo e da sociedade na luta para melhorar a condição da segurança alimentar no país e no Distrito Federal”, concluiu.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa